

## Política, sexualidade e educação

*César Aparecido Nunes*

Livre Docente em Educação

Vice Chefe do Departamento de Filosofia e História da Educação da FE/UNICAMP

Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação PAIDEIA

### Resumo

Apresenta a natureza e identidade filosófica e política dos estudos sobre Sexualidade e Educação Sexual. Apresenta as definições sobre Sexo e Sexualidade a partir de matrizes epistemológicas e políticas: a dimensão procriativa mais próxima do conceito de sexo e a significação cultural, subjetiva e civilizatória ligada à conceituação de Sexualidade. Destaca a concepção emancipatória de pesquisa e educação sexual. Aponta elementos para uma política de formação de educadores no campo da Sexualidade e Educação Sexual. Fundamenta-se numa abordagem histórica e culturalista da Sexualidade e da produção social do sentido político da representação e das vivências da Sexualidade.

**Palavras-chave:** Sexualidade; Educação Sexual; Política, Ética.

### Abstract

This article presents the nature and identity of political and philosophical studies on Sexuality and Sex Education. Displays the settings on Sex and Sexuality from matrices epistemological and political: the procreative dimension closer to the concept of gender and cultural significance, and subjective concept of civilization linked to sexuality. Highlights the emancipatory conception of research and sex education. Elements points to a policy of training educators in the field of Sexuality and Sex Education. It is based on a historical and cultural approach of Sexuality and the social production of political meaning of representation and experience of sexuality.

**Keywords:** Sexuality; Sexual Education; Politics; Ethics.

A análise da sexualidade humana, de uma maneira crítica e científica, torna-se uma das tarefas mais exigentes e complexas da atual forma de empreender a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, tanto por configurar uma das mais exigentes e importantes dimensões humanas quanto por ser uma das mais recentes áreas de investigação sistemática, social e acadêmica. Somente logramos delinear os horizontes, as fronteiras e limites desta área, consideradas como marcos metodológicos, se partirmos da busca da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, se buscarmos considerar uma visão de globalidade do fenômeno sexual e suas manifestações. Os contornos epistemológicos e políticos desta área do conhecimento humano tornam-se de difícil apreensão, pois em Ciências Humanas não se julga adequado erigir um objeto único e determinado sobre um paradigma unilateral, sem considerar as múltiplas facetas e variantes dimensões deste objeto. Politicamente se trata de reconhecer uma diversidade de enfoques que se aglutina no conceito de *omnilateralidade*. Quando se trata de assuntos que evocam repercussões éticas e políticas tão díspares, ou tão diversas e ricas, como é o caso da discussão sobre a sexualidade, nosso cuidado deve ser ainda maior. É o que pretendemos apresentar no artigo que ora empreendemos e buscamos sistematizar. Trata-se de um ensaio sobre Política, Sexualidade e Educação.

As Ciências Humanas, especialmente, são ciências que se completam na inter e multidisciplinaridade, pois partimos sempre da consideração de que o foco central de toda investigação é sempre o mesmo: o homem e sua ação histórica, social, política, ética. Assim, trabalhar a sexualidade humana como objeto teórico, quase sempre, para melhor cumprimento dos propósitos de globalidade e radicalidade na análise, é recomendável ao investigador uma instrumentação teórico-metodológica baseada na amplitude pluralista destas mesmas ciências, visto que não se julga suficiente e eficaz a tentativa de circunscrever o homem e sua ação histórica em processos restritivos, estreitos, quantitativos ou documentários individuais. A ação humana é coletiva e política.

É necessário considerar que, para uma reflexão sobre sexualidade tornar-se possível, deparamo-nos com a exigência de apresentar nossas categorias de compreensão da realidade como processo, como interdependências de reciprocidades, contornos, limites e manifestações. Trata-se de definir precisamente o que se entende por esta dimensão e fenômeno, explicitando os termos e categorias do discurso, a partir de sua conformação etimológica e conseqüente significação política e histórica. Tomamos aqui o alcance do que se circunscreve sobre o conceito de "sexualidade", no sentido antropológico amplo, como dimensão ontológica essencial do ser humano. A experiência educacional que acumulamos nos autoriza a buscar diferenciar, conceitual e metodologicamente, os termos "sexo" e "sexualidade".

No senso comum o termo "sexo" diz respeito, genericamente, à marca biológica e procriativa dos seres vivos. Confunde-se esta dimensão biológica com o conceito de sexualidade que, a nosso ver, é muito mais abrangente e específico, por referendar uma qualidade do sexo biológico e ser somente atribuído aos seres humanos em sua luta e processo histórico. A sexualidade é o conjunto de saberes, práticas e representações envolvendo a dimensão sexual humana, coletiva e politicamente, a partir do século XVIII. Antes dessa época não havia propriamente uma circunscrição definida como "sexualidade", esses referenciais estavam articulados na religião e na moral.

Todavia, se a palavra "sexo" diz respeito a uma dimensão estritamente procriativa, restrita a uma interpretação naturalista, já a palavra e o conceito de "sexualidade" nos remete imediatamente para o mundo da cultura ou da amplitude cultural histórica da ação humana. Sexualidade significaria, portanto, uma "qualidade do sexo", no sentido de uma intencionalidade, uma dimensão qualificante da definição instintivo-biológica estreita.

Sobre o que seja o *sexo* nos afirma C. JARMAN (1981):

“O mecanismo da determinação do sexo da progênie humana é definido pela sua configuração genética. No homem, em outros mamíferos e na maioria dos insetos, o sexo heterozigoto é o masculino. Entretanto, embora prevaleça aproximadamente o mesmo princípio, observou-se que o mecanismo da

determinação do sexo varia em diferentes organismos. Em aves, borboletas, mariposas, alguns anfíbios e répteis, o zigoto XY dá origem a fêmeas, enquanto o XX produz machos. Descobriu-se que os cromossomos sexuais não contêm apenas genes controladores do sexo do indivíduo. Contêm também muitos genes que se relacionam com outros caracteres do indivíduo” (JARMAN: 1981 p.52).

A abordagem da Biologia, ainda que tenha sido por demais importante para romper com as concepções idealistas anteriores, configurou uma dimensão estritamente reprodutiva, acentuada por determinantes genéticos e tornou-se insuficiente para abranger, no conceito de sexo, as dimensões existenciais, políticas e culturais. Já a concepção de sexualidade que pretendemos assumir na presente reflexão tem a conotação de uma qualidade humana, que incorpora os componentes biológicos e a variação histórica da produção da identidade da espécie humana, mas busca atingir significações culturais e existenciais muito mais exigentes. Diz VASCONCELOS (1971):

(...) tudo isso faz da sexualidade humana o que ela pode ser: uma descoberta, uma elaboração, uma busca. Um peso que a estrutura como um existencial, como uma dimensão do **ser-no-mundo** do homem, posto que não nos referimos a uma sexualidade animal, sem história e sem cultura, mas à sexualidade enquanto imersa na temporalidade, nela recebendo sua revelação vivencial, suas formalizações conceituais, sua expressão estética, seu tratamento moral e social. (VASCONCELOS: 1971, p. 3)

Neste sentido, somente o ser humano é dotado de uma "sexualidade", pois os animais e o mundo material dos seres vivos que conseguiram, através de sua evolução biológica, a dimensão da reprodução sexual, estariam circunscritos ao mundo natural biológico.

A compreensão dialética nos remete ao universo econômico-social e histórico e daí decorre a necessidade de fundamentação para compreender o alcance ético-existencial e sócio-político das propostas sobre sexualidade humana. Entendemos a dialética no sentido dado por PRADO e KRAPRIVINE (1969), como "concepção de mundo", como um método que:

em oposição ao método metafísico de abordar e analisar os objetos do pensamento e do conhecimento, considera antes as relações, o “conjunto” e a “unidade” universal donde decorrem tais relações; e é nessas relações, sejam no espaço, sejam no tempo (quando mais propriamente se denominam “processos”) é nelas que a Dialética vai procurar e determinar os “indivíduos” e sua “individualidade” própria: o homem será caracterizado, individualizado, em função de suas relações biológicas, sociais, etc.(...) (PRADO JR, 1969, p. 13)

Compreendemo-la como concepção de mundo, que busca ver as coisas em suas relações de dinamismo e mudança e, ao mesmo tempo, como método de investigação da realidade. A dialética não é uma palavra ou termo que se possa esgotar numa definição sumária. Compreender o mundo como realidade dinâmica, a partir das condições materiais e históricas, privilegiando sua gênese social e material, considerando as relações materiais e políticas, mais do que o protagonismo das individualidades formais são as categorias centrais e o suporte fundamental para a análise dialética.

Na realidade, para definirmos um caminho ou projeto de compreensão da sexualidade como dimensão humana e social, primeiro torna-se necessário uma apreensão crítica de nossa trajetória histórica, isto é, compreender os movimentos e modelos hegemônicos de representação social da sexualidade, na tradição ocidental. Buscamos recuperar essa dimensão histórica em um trabalho efetuado nos anos 1980 e 1990, publicado pela Editora Papyrus, em duas versões. É certo que os modelos hegemônicos não esgotam a análise da sexualidade. Pelo contrário, abrem novas pistas de investigação sobre as sexualidades negadas, interditas, proibidas. Todavia, para delinear um caminho histórico e social amplo, é preciso que se tenha compreensão dos modelos hegemônicos sem desconsiderar a multiplicidade dos processos resistentes e dos processos negados na vigência destes modelos ou, mais propriamente, concepções ou abordagens marginais. Somente uma apropriação histórica e social da sexualidade humana nos permite compreendê-la como dialética, isto é, histórica e mutável, construída a partir das contradições políticas e econômicas, antropológicas e sociais, em cada tempo e sociedade.

O segundo recorte necessário dá-se exatamente na busca da visão multidisciplinar, oriunda da natureza própria das Ciências Humanas, que se preocuparam com a relação entre sexualidade, individualidade, subjetividade e poder. A analítica do poder, no campo da sexualidade, nos remete aos estudos de Foucault (1984) para lograr entender sua materialização e alcance. Para esse autor a sexualidade hoje não estaria sendo constituída a partir da onipotência do poder, do interdito, do controle e da negação. Trata-se de uma forma de poder difuso, ordenado em rede, que se consubstancia não unicamente na negação, mas na estimulação do falar e fazer falar, como “biopoder”.

Por último, uma terceira dimensão desta empreitada de reflexão, exige uma crítica teórica e histórica dos atuais modelos ou paradigmas éticos que embasam diferentes projetos de educação sexual. Trata-se de investigar que impactos comportamentais e axiológicos decorrem de seus programas e formas de dizer a sexualidade. Nesta reflexão pretendemos somente apontar os principais projetos ou formas históricas destes discursos ou dessas propostas de educação sexual, destacando seus contornos, limites, contradições e perspectivas. Nesse propósito a Filosofia, a partir da sua construção histórica, torna-se um elemento fundamental de análise e compreensão, dadas suas categorias de radicalidade e totalidade. Compreender um objeto ou um campo de investigação requer, para uma boa ciência, compreendê-lo na trama das relações, elucidar seu sentido exatamente na busca de suas correlações; isto precisamente garante a totalidade e universalidade histórica do discurso filosófico. A sexualidade, considerada como uma das dimensões mais amplas da condição humana, nos parece ser exatamente o campo híbrido entre a subjetividade e a sociedade; disto decorre o razoável cuidado com que se analisa esta dimensão, dado que nenhuma pessoa e nenhum grupo social torna-se apto unilateralmente de representação exclusiva e paradigmática da verdade, encarada como única, numa intenção política de ser universal e incontestável. Acentuar uma ou outra dimensão redundaria quase sempre num traço reducionista, desaconselhável para quem põe-se a filosofar; assim

evitaremos de pronto o biologismo descritivo e ao mesmo tempo o psicologismo subjetivista. Importa-nos a fundamentação materialista que se edifica *a priori*; não são as ideias, os sentidos ou significados que emprestam configuração à realidade, mas é exatamente a realidade material que determina a dimensão histórica e política do homem.

Educação, nesse sentido, configura-se, portanto, pelo conjunto de representações, hábitos, normas, costumes e leis, regras e instituições que regem um grupo humano. Assim, a educação é um dos elementos básicos da estrutura social, e como instituição torna-se a estrutura ideológica mais importante para a reprodução e manutenção dos grupos sociais. As sociedades serão mais ou menos eficientes em sua reprodução como grupo social e seus valores, mantendo por mais tempo sua própria sobrevivência institucional, se puderem manter um sistema de educação sólido, sustentado sobre elementos que lhe garantam a reprodução e continuidade, das antigas para as novas gerações. Pela mesma via consolidam-se as mudanças sociais e as transformações de valores e comportamentos estruturais.

A abordagem da sexualidade numa dimensão histórico-filosófica requer definir sua natureza híbrida, permeando significativamente a subjetividade existencial e a realidade de nossa dimensão política. Na dimensão ontológica da sexualidade estão presentes elementos de natureza íntima e subjetiva, mas também ali se encontram exigências de ordem externa, social, ética e política. Isto requer que façamos sempre uma delimitação abrangente da análise deste campo, de modo a não cair em reducionismos subjetivistas radicais, que se tornam expressões da individualidade, ou ainda que possamos produzir discursos tão distantes e exteriores, sem atingir sua rica e dinâmica globalidade e articulação.

Não temos dúvidas que tal panaceia metodológica encontra raízes nas descontínuas propostas nascidas da fragmentação ontológico-política de nosso tempo. O que as Ciências Humanas já lograram criticar, que se definia como abordagem "pós-moderna" merece de nossa parte uma consideração crítica particular. Os contornos do que se entende por pós-

modernidade são tão amplos que seria difícil compará-los, mas há uma raiz que unifica as mais diversas representações deste período: a suposta negação ou ausência de paradigmas, a crise da razão e a morte das utopias. O presente pós-moderno é tópico, fragmentário, subjetivista, pressupõe individualidades atomizadas, comunga uma compreensão pessimista da existência e uma consciência trágica do futuro. As raízes desta concepção, podemos encontrá-las na crise histórica da II Guerra Mundial e suas consequências políticas, éticas, existenciais, sociais, religiosas e filosóficas. A capacidade destrutiva da guerra, o acirramento dos conflitos econômicos e políticos, a contemplação crítica do resultado de um século de contradições entre o que se pretendia para o capitalismo colonialista e imperialista e, em contrapartida, a fria e autoritária versão do socialismo real, contrastante com a terceira possibilidade configurada na miséria do Terceiro Mundo que eclodiu feito um manifesto de ignomínia - tudo isto esteve presente na construção de uma consciência trágica da condição humana e na falência formal da crença na razão e na política. Mas, a despeito dessas causalidades, a proposta pós-moderna parece articular-se com as pressuposições do corolário neoliberal que avassalou a Europa, os EUA e o mundo todo nas décadas finais do segundo milênio.

Da superação dessa concepção acreditamos ser possível pensar uma Educação Sexual como uma reconstrução das teias e projetos que temos sobre o homem. Decorre ser a palavra sobre a sexualidade uma palavra de sentido humano e uma palavra de aliança com os demais seres. A sexualidade é o campo de giro ontológico do antropocentrismo para o biocentrismo restaurador das dimensões eco-políticas dialógicas e integradoras. A sexualidade é a busca mesma da estética e da política significativa e plena da existência. Ainda nos baseamos em VASCONCELOS (1971) para atingir a dimensão política e existencial, ética e estética da compreensão da sexualidade:

"Educação sexual é poder abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre as suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada

lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria então de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e de moral, que não apanham a sexualidade humana naquilo que lhe pode dar significado e vivência autênticas: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor. Uma educação estética cobriria perfeitamente essa lacuna. Afinal, quando uma educação sexual conseguisse efetuar a passagem de uma motivação pornográfica da sexualidade para uma motivação em que a busca da beleza sensível fosse um estimulante mais poderoso que a obscenidade, ela já teria colocado as bases necessárias para que o indivíduo, daí por diante, resolvesse humanamente sua sexualidade" (VASCONCELOS: 1971, p. 111)

Esta "resolução" de que trata VASCONCELLOS (1971) não pode ter um caráter soteriológico ou fetichista, de modo a fazer crer que haja um sentido pronto, determinado, preconcebido, sobre nossas vidas. É necessário outra vez lembrar a precariedade destas construções humanas, do próprio ser do homem, da realidade do mundo como um todo. Essa é sua determinação política. O homem é o fazer do homem. A renovação destas experiências de buscas fundantes de si talvez seja o mais forte apelo da possibilidade humanizadora do discurso da sexualidade. O conceito amplamente difundido da "crise" do homem necessita ser claramente revisado, reconsiderado. Não há como abrir-se para uma sexualidade emancipatória se fundarmos nossas investidas no ceticismo imobilista e pessimista. Nossa intervenção como educadores, na gama de discursos e intervenções sociais, é uma das possibilidades de entabular diálogos e engendrar novas utopias, a serem arduamente materializadas em lutas reais, sem o ranço da onipotência dogmática ou o pérfido e desertor "*placet*" dos descrentes. Nossa ação no campo da educação sexual emancipatória é estratégia para a ação política sobre nosso tempo. Esta será tão mais eficaz quanto maior for sua qualidade de sensibilizar pessoas, de criar sentidos de possibilidades para novos mundos e coisas diversas que andam ao nosso redor, e será capaz de relativizar outros universos de apelo, pela sua verdade e coerência. Só poderá tratar com ressonância no coração de jovens e adultos, sobre sentidos de ser e sexualidade, quem abdicar do dogmatismo e do ceticismo, e na sua

ação prática, manifestar uma crença pujante na liberdade, na autonomia e na responsabilidade ética que nasce de nossa condição de humanidade.

Isto requer que façamos a crítica do idealismo e do subjetivismo fácil, para delinear utopias concretas, ali onde elas apresentam-se com eficácia e viabilidade histórica. Mas, para tanto, a lenta assimilação da história e antropologia da sexualidade é tarefa primordial e proeminente.

Pela vertente da natureza não conseguiremos compreender a onda discursiva e a banalização recente e repressiva da sexualidade nas sociedades atuais. Sem elementos da decodificação do ideário político, filosófico, econômico-ético, não daremos conta da multiplicidade de contornos e limites do campo da sexualidade.

O conseqüente vínculo entre sexualidades descomprimidas e violência sexual nos leva a tematizar de maneira criteriosa esta articulação, como em HIGHWATER. J (1992):

(...) a transformação do corpo humano em mercadoria não é senão um dos resultados da comercialização do sexo. O ideal da liberdade de expressão, que abriu as portas à reprodução do ato explícito, tem o seu lado sombrio: molestamento de crianças, estupros, mutilações sexuais e violência. Há muito que os psicólogos vêm debatendo a sexualização da violência, que hoje em dia tanta atração exerce, mas é difícil concluir se a repressão controla a conduta antissocial ou se a violência sexual será efetivamente o resultado de décadas de repressão. Acreditava-se que a liberalização das leis que regulamentam a representação do sexo explícito fizesse diminuir a ocorrência de crimes do gênero e trinta anos de pesquisas em nível mundial indicam que a suposição era correta. Ao mesmo tempo, muita gente racionaliza a agressão sexual como "auto-expressão", "ativismo político" e "direitos civis". (HIGHWATER: 1982, p. 70)

Por último, o recurso ao estudo das formas de exercício do poder é uma base necessária para compreender claramente as práticas e os rituais das sexualidades atuais, em suas manifestações mitologizadas e reais. Os estudos de FOUCAULT (1984) trouxeram componentes que não possuíam os pesquisadores do período ante-guerra, para o vislumbre de relações entre poder e sexualidade. A violência e a denúncia dos componentes perversos

do exercício da sexualidade como exercício de dominação foram tornados públicos com estes estudos e referências.

Sobre estas cinzas levantam-se as mitologias vendidas para jovens, adultos e crianças, a da exuberante sexualidade dos vencedores, a onipotente sexualidade dos perversos, a grandiloquente sexualidade dos poderosos, contrastando com a efêmera e pobre sexualidade entediante de nossas vidas insossas, presas aos ditames da sociedade hedonista e descartável.

HIGHWATER (1982) ressalta:

"(...) Sabe-se que, numa sociedade de consumo, a agressão é provocada pela sensação de inutilidade - venha ela do tédio, da emasculação, da pobreza, da ignorância ou da brutalização. No entanto, somos constantemente bombardeados por mensagens de opulência, triunfos sexuais, riqueza e poder. William Faulkner preferia que prevalecêssemos, em lugar de sobrevivermos, pura e simplesmente, mas a verdade é que a sobrevivência é o máximo que a maioria das pessoas pode esperar. Esse destino talvez seja a trágica e definitiva condição de nossa vida, respondendo acaso pela mitologia que atualmente define a nossa sexualidade: a tensão entre a passividade melancólica e a agressão violenta" (HIGHWATER: 1982, p. 179)

Estas mitologias negativistas e fantásticas repercutem profundamente na sociedade de massas. Encontramo-nos com jovens e crianças ansiosos por saber de si, de seu mundo, que nos perguntavam sobre sexo ou sobre sexualidade, mas tinham por suporte uma pergunta muito maior, que é aquela que perscruta sobre o mundo e o sentido que podemos dar a ele. Esta intervenção é mais fundante do que quaisquer outras que um adolescente possa perceber, a de resgatar a capacidade de ser sujeito e a de amar. A Filosofia, com suas questões primeiras, torna-se o espaço de resgate racional sobre a potencialidade de seu ser, como pensante, como *ser-que-ama*, como alguém que é capaz de compadecer-se da miséria do outro e do próprio mundo. Esta noção de cidadania é o suporte de uma educação sexual emancipatória. Nisto, torna o resgate da experiência única de constituir uma sexualidade essencialmente humana. Se compreendermos o sexo como a marca biológica, só poderemos entender a sexualidade como a marca humana, a significação existencial e social que podemos criar dentro e sobre

a possibilidade biológica. Assim, somente a cultura humana é capaz de falar de sexualidade. Por mais paradoxal que possa parecer, os discursos oficiais da Igreja Católica, ao considerar que a "sexualidade humana deve ater-se ao caráter procriativo" retiram dela sua significação humana, estética, social, inclusive espiritual, redundando numa afirmação materialista, biologista e reducionista.

Registra ainda nosso interlocutor HIGHWATER (1992):

"O erotismo não é sexo bruto, mas sexo transfigurado pela imaginação (...) A derradeira consequência da rebelião erótica será o desaparecimento do erotismo e daquilo que foi a sua mais sublime e revolucionária invenção: a ideia do amor."  
(HIGHWATER:1982, p.185)

Desta perda do amor sabemos todos, alienação do trabalho, do desejo e do mundo humano. A dessacralização abrupta de todas as esferas da vida humana, de que nos fala WEBER, M. (1864-1920), surge como um fenômeno que atinge também e dilacerantemente a sexualidade. Não somente da necessidade de dominar, de fazer a contabilidade desta dominação e de reacender marcos de controle, mas também para exorcizar-se de si mesma, eximir-se de culpa e supostamente ressignificar-lhe os contornos e seu alcance. Michel FOUCAULT (1984) nos interpela com o fenômeno da incitação à fala do sexo, como forma ambígua e polívoca de "catarsys" e dispositivo de dominação, ao afirmar:

"Mas, por volta do século XVIII nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar do sexo. E não tanto sob a forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais. Levar "em conta" o sexo, formular sobre ele um discurso que não seja unicamente o da moral, mas da racionalidade, eis uma necessidade suficientemente nova para, no início, surpreender-se consigo mesma e procurar desculpar-se." (FOUCAULT: 1984, p. 18).

Se temos hoje estas tantas linhas interpretativas, algumas delas tão exigentes que suspendem nosso próprio discurso, como recriar uma utopia para esta forma de intervenção? Precisamente neste ponto limitarmos o alcance da ciência, para adentrarmo-nos na esfera própria da ação política.

Só a ação política nos porá de novo como construtores de uma nova rede de significação para a vida e sociedade humana.

## **Bibliografia**

ANDERSON, P. *O Fim da História: De Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Ed. da UNB, 1985.

CAVENACCI, M. *Dialética do Indivíduo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

EVANGELISTA, J. *Crise do Marxismo e Irracionalismo Pós-Moderno*. São Paulo: Ed. Cortez, 1991.

FOUCAULT, Michel *História da Sexualidade. Vol I: A vontade de Saber*. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1984.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Editora Círculo do Livro. São Paulo, 1984.

HOBBSAWN, E. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.

\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

JARMAN, Catherine. *Evolução da Vida*. Editora Melhoramentos, São Paulo, 1981.

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

MARX, Karl. *Escritos de Juventud*. México: Ed. Fondo de Cultura Economica, 1987.

NUNES, Cesar. *Desvendando a Sexualidade*. Editora Papyrus, Campinas, 2010. 7ª edição.

PRADO JR, Caio. *Dialética do Conhecimento*. Editora Brasiliense, 1981.

PLATÃO, Coleção Os Pensadores, São Paulo, Ed. Abril Cultural, 1983.

PLEKHANOV, G. *A Concepção Materialista da História*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

SARTRE, J. P. *A Idade da Razão*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. *Esboço de Uma Teoria das Emoções*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1965.

SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard. *Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade*. São Paulo: Ed. Vértice, 1989.

VASCONCELOS, Naumi *Os Dogmatismos Sexuais*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1971.

VÁZQUEZ, Adolfo. *Convite à Estética*. Trad. Gilson Batista Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.